

TEORIA GERAL *do* PROCESSO CONTEMPORÂNEO

ANDRÉ **PAGANI** DE SOUZA
ANDREA BOARI **CARACIOLA**
CARLOS AUGUSTO **DE ASSIS**
LUÍS EDUARDO SIMARDI **FERNANDES**
LUIZ **DELLORE**

2^a | revista,
edição atualizada
e ampliada



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 06.03.2017

- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

S713t

Dellore, Luiz

Teoria geral do processo contemporâneo / Luiz Dellore et al. – 2 ed. rev., atual. e ampl.
– São Paulo : Atlas, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01131-9

1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

16-30742

CDU: 347.91./95(81)

SUMÁRIO

.....

1. DIREITO, LIDE E PROCESSO (<i>Carlos Augusto de Assis</i>).....	1
1.1. Direito, convivência social e conflito	1
1.2. Conflito de interesses e o conceito de lide.....	3
1.3. Direito, conflito, lide e processo.....	5
2. FORMAS DE SOLUÇÃO DOS LITÍGIOS (<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>).....	7
2.1. Evolução histórica dos meios de solução.....	7
2.1.1. Autotutela	8
2.1.2. Autocomposição	8
2.1.3. A arbitragem. Sua evolução e o surgimento da jurisdição estatal.....	9
2.2. As formas de solução dos litígios vistas numa perspectiva atual	10
2.2.1. O Poder Judiciário não é o único responsável pela solução dos conflitos.....	10
2.2.2. A autocomposição hoje em dia.....	12
2.2.2.1. A autocomposição obtida através da conciliação.....	16
2.2.2.2. A autocomposição atingida através da mediação	17
2.2.3. Heterocomposição.....	18
2.2.3.1. Arbitragem	19
2.2.3.2. A jurisdição estatal, exercida através do processo.....	20
3. DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL (<i>Andrea Boari Caraciola</i>).....	21
4. DIREITO PROCESSUAL (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	27
4.1. Conceito e denominação	27
4.2. Evolução científica e autonomia	28
4.3. Posição enciclopédica.....	33
4.4. Unidade e divisão	34

5. BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO (<i>Luiz Dellore</i>)	37
5.1. Introdução	37
5.2. Antecedentes: processos romano, bárbaro, canônico e lusitano	39
5.2.1. Processo romano	39
5.2.2. Processo bárbaro (visigótico) e canônico	40
5.2.3. Processo lusitano	43
5.3. Processo brasileiro	45
5.4. Código de Processo Civil de 2015 (NCPC)	49
6. PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	55
6.1. Introdução: conceito e relevância dos princípios (<i>Andrea Boari Caraciola</i>) ...	55
6.1.1. Constitucionalização do processo	55
6.1.2. Sistema principiológico e o NCPC	58
6.1.2.1. Sistema	58
6.1.2.2. Princípios	60
6.1.3. Princípios e o direito processual civil	61
6.2. Acesso à justiça e efetividade do processo (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	63
6.3. Devido processo legal ou processo justo (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	69
6.4. Contraditório, ampla defesa e vedação da decisão surpresa (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	71
6.5. Inércia da jurisdição, dispositivo, demanda, impulso oficial e congruência da tutela jurisdicional (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	83
6.6. Duração razoável do processo (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	93
6.7. Princípio da boa-fé (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	97
6.8. Cooperação (<i>André Pagani de Souza</i>)	100
6.9. Princípio da isonomia (<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>)	103
6.10. Princípio da publicidade (<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>)	106
6.11. Princípio da motivação das decisões judiciais (<i>Andrea Boari Caraciola</i>) ...	108
6.12. Princípio do juiz natural (<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>)	112
6.13. Princípio do duplo grau de jurisdição (<i>Luís Eduardo Simardi Fernandes</i>) ..	114
6.14. Vedação das provas obtidas por meio ilícito (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	115
6.15. Livre convencimento motivado (<i>Andrea Boari Caraciola</i>)	118
7. FORMAS DE EXPRESSÃO DO DIREITO PROCESSUAL: A LEI DO PROCESSO (<i>André Pagani de Souza</i>)	121
7.1. Interpretação da norma processual	123
7.2. Integração	126
7.3. Eficácia no espaço e no tempo	127
7.3.1. Eficácia da norma processual no espaço	127
7.3.2. Eficácia da norma processual no tempo	128
7.3.2.1. Processos em curso por ocasião do início da vigência da lei processual nova	129

8. INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL <i>(André Pagani de Souza)</i>	131
9. JURISDIÇÃO <i>(Carlos Augusto de Assis)</i>	135
9.1. Conceito.....	135
9.2. Problemas modernos envolvendo o conceito de jurisdição.....	139
9.3. Jurisdição estatal: características e princípios.....	141
9.4. Espécies de jurisdição.....	145
9.5. A jurisdição voluntária.....	148
9.6. Espécies de tutela jurisdicional estatal.....	151
9.6.1. Conceito de tutela jurisdicional.....	151
9.6.2. Tutela jurisdicional classificada segundo a sua eficácia.....	152
9.6.3. Tutela provisória e tutela definitiva.....	155
9.7. Mecanismos não estatais de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem.....	157
9.7.1. Conciliação.....	157
9.7.2. Mediação.....	159
9.7.3. Arbitragem.....	160
10. DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL <i>(André Pagani de Souza)</i>	167
10.1. Limites da jurisdição.....	167
10.2. Cooperação internacional.....	169
10.2.1. Auxílio direto.....	170
10.2.2. Cartas rogatórias.....	171
11. ALGUMAS NOÇÕES QUANTO À ESTRUTURA JURISDICIONAL BRASILEIRA (MAGISTRATURA, MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA) <i>(Luiz Dellore)</i>	173
11.1. Contextualização.....	173
11.2. Magistratura.....	174
11.2.1. Justiça Comum Estadual.....	179
11.2.2. Justiça Comum Federal.....	180
11.2.3. Juizados Especiais Cíveis, Federais e da Fazenda Pública (justiça comum).....	182
11.2.4. Justiça do Trabalho.....	184
11.2.5. Justiça Eleitoral.....	184
11.2.6. STF e STJ.....	185
11.2.7. CNJ.....	187
11.3. Ministério Público.....	188
11.4. Advocacia e Defensoria Pública.....	190

12. COMPETÊNCIA (<i>Luiz Dellore</i>)	195
12.1. Conceito	195
12.2. Critérios	197
12.3. Competência absoluta	199
12.3.1. Competência em razão da matéria	200
12.3.2. Competência em razão da pessoa	201
12.3.3. Competência funcional (ou competência hierárquica)	203
12.4. Competência relativa	205
12.4.1. Competência em razão do valor	206
12.4.2. Competência territorial	206
12.4.2.1. Regras de fixação de competência territorial	207
12.5. Modificações da competência territorial	210
12.5.1. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	210
12.5.2. Conexão e continência	211
12.5.3. Acessoriedade	214
12.5.4. Foro de eleição	214
12.6. Incompetência	216
12.7. Conflito de competência	218
13. AÇÃO (<i>Carlos Augusto de Assis</i>)	221
13.1. Natureza jurídica da ação	221
13.1.1. A teoria imanentista (ou civilista) da ação	221
13.1.2. Teoria da ação como direito concreto	223
13.1.3. Teoria da ação como direito abstrato	223
13.1.4. Algumas conclusões sobre a natureza jurídica da ação	226
13.2. Caracteres do direito de agir. O conceito de ação	228
13.3. Elementos da ação (ou da demanda)	230
13.3.1. Partes	231
13.3.2. Causa de pedir	231
13.3.3. Pedido	234
13.3.3.1. Cumulação de pedidos	235
13.3.4. Identificação dos elementos da demanda. A importância prática dos elementos da demanda. A congruência	236
13.4. A estabilização da demanda	237
13.5. Classificação das ações	238
13.6. Condições da ação	239
13.6.1. Generalidades	239
13.6.2. O desaparecimento da possibilidade jurídica do rol das condições da ação	241
13.6.3. Interesse processual	243
13.6.4. Legitimidade de parte (<i>legitimatío ad causam</i>)	245

13.6.5.	Teoria da asserção.....	247
13.6.6.	Falta de condição da ação.....	250
14.	A EXCEÇÃO (DEFESA) (Carlos Augusto de Assis).....	253
14.1.	Conceito.....	253
14.2.	Classificação.....	256
15.	PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS (Andrea Boari Caraciola).....	259
15.1.	Processo.....	259
15.1.1.	Conceito.....	259
15.1.2.	Natureza Jurídica.....	262
15.1.3.	Caracteres da relação jurídica processual.....	265
15.2.	Pressupostos processuais.....	267
15.2.1.	Pressupostos processuais como espécies de requisitos para apreciação do mérito.....	267
15.2.2.	Conceito.....	268
15.2.3.	Função.....	270
15.2.4.	Classificação.....	271
15.2.5.	Pressupostos processuais de existência ou constituição do processo.....	274
15.2.6.	Pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo.....	277
15.2.7.	Pressupostos processuais negativos.....	280
15.2.8.	Regime jurídico: matérias de ordem pública?.....	282
16.	SUJEITOS DO PROCESSO (Carlos Augusto de Assis).....	289
16.1.	Sujeitos principais. Autor e réu.....	289
16.1.1.	Aspectos conceituais e terminológicos.....	289
16.1.2.	Aquisição da qualidade de parte.....	291
16.1.3.	Direitos, obrigações, deveres, ônus e responsabilidades das partes.....	292
16.2.	O juiz, seus poderes e deveres.....	298
16.2.1.	Características, garantias e vedações.....	298
16.2.2.	Poderes e deveres do juiz no processo.....	301
16.2.2.1.	Os poderes-deveres do art. 139.....	304
16.2.3.	Responsabilidade do juiz.....	306
16.3.	O Ministério Público.....	307
16.3.1.	Características, garantias, vedações e responsabilidade.....	307
16.3.2.	Sua atuação no processo civil.....	309
16.4.	O advogado.....	310
16.4.1.	Função no processo.....	310
16.4.2.	Regime jurídico: direitos, deveres, forma de atuação e responsabilidade.....	311

16.4.3.	Defensoria Pública e a Advocacia Pública	312
16.5.	Sujeitos secundários do processo	313
17.	REGIME FINANCEIRO DO PROCESSO	317
17.1.	Responsabilidade por dano processual (<i>André Pagani de Souza</i>)	318
17.2.	Custas processuais e honorários advocatícios (<i>André Pagani de Souza</i>).....	319
17.3.	A questão da gratuidade da justiça (<i>Luiz Dellore</i>).....	324
17.3.1.	Quem pode ser beneficiário da justiça gratuita.....	325
17.3.2.	Despesas e custas abrangidas pela gratuidade da justiça	325
17.3.3.	Justiça gratuita parcial (art. 98, § 5º) e parcelamento das despesas (art. 98, § 6º).....	328
17.3.4.	Momento e forma de requerimento da gratuidade.....	329
18.	LITISCONSÓRCIO (<i>Carlos Augusto de Assis</i>)	333
18.1.	Conceito e classificação.....	333
18.2.	Litisconsórcio facultativo.....	336
18.2.1.	Hipóteses	336
18.2.2.	Recusa do litisconsórcio	339
18.2.3.	O problema do litisconsórcio ulterior	341
18.3.	Litisconsórcio necessário.....	342
18.4.	Litisconsórcio unitário e litisconsórcio comum	345
18.5.	Regime jurídico.....	346
19.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	349
19.1.	Considerações gerais (<i>Carlos Augusto de Assis</i>).....	349
19.2.	Assistência (<i>Carlos Augusto de Assis</i>).....	350
19.2.1.	Conceito e procedimento	350
19.2.2.	A assistência simples	352
19.2.3.	A assistência litisconsorcial	355
19.3.	Denúnciação da lide (<i>Carlos Augusto de Assis</i>).....	357
19.3.1.	Conceito e noções gerais	357
19.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	358
19.3.3.	Não obrigatoriedade.....	360
19.3.4.	Procedimento.....	360
19.3.5.	Questões polêmicas, resolvidas ou não pelo novo CPC.....	362
19.3.5.1.	Posição do denunciado em relação à demanda original...	362
19.3.5.2.	Denúnciação da lide e introdução de fundamento novo.....	364
19.3.5.3.	Denúnciação sucessiva? Denúnciação <i>per saltum</i> ?	365
19.4.	Chamamento ao processo (<i>Carlos Augusto de Assis</i>).....	366
19.4.1.	Conceito.....	366

19.4.2.	Hipóteses de chamamento	367
19.4.3.	Procedimento	368
19.4.4.	Situações especiais	369
19.5.	O <i>amicus curiae</i> (Carlos Augusto de Assis)	371
19.5.1.	Natureza, função e previsão no ordenamento jurídico	371
19.5.2.	Forma de atuação	374
19.6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (André Pagani de Souza)	376
20.	PROCEDIMENTO (Carlos Augusto de Assis)	381
20.1.	Diferença entre processo e procedimento	381
20.2.	Necessidade de procedimentos diversos. O direito material e os procedimentos	383
20.3.	Classificação dos procedimentos	385
21.	ATOS PROCESSUAIS	389
21.1.	Noções gerais (Carlos Augusto de Assis)	389
21.2.	Natureza jurídica, caracteres e classificação (Carlos Augusto de Assis)	391
21.3.	Modo, lugar e tempo dos atos processuais (Carlos Augusto de Assis)	394
21.3.1.	Generalidades: a forma do ato processual	394
21.3.2.	Exigências de modo	394
21.3.3.	Atos processuais praticados eletronicamente	395
21.3.4.	Exigências de lugar e tempo	397
21.3.5.	A instrumentalidade das formas	399
21.3.6.	Prazos dos atos processuais	401
21.4.	Ato processual e preclusão (Carlos Augusto de Assis)	405
21.5.	Existência, validade e eficácia do ato processual. Os vícios do ato processual (Carlos Augusto de Assis)	406
21.6.	Comunicação dos atos processuais (Luís Eduardo Simardi Fernandes)	412
21.6.1.	Generalidades sobre comunicação dos atos processuais	413
21.6.2.	Da citação	414
21.6.2.1.	Da citação pelo correio	417
21.6.2.2.	Da citação por oficial de justiça	418
21.6.2.3.	Da citação por edital	420
21.6.3.	Das cartas	421
21.6.4.	Da intimação	423
21.7.	Negócio jurídico processual (Luís Eduardo Simardi Fernandes)	424
22.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO (Luiz Dellore)	433
22.1.	Contextualização	433
22.2.	Formação do processo de conhecimento	434
22.2.1.	Estabilização da demanda (NCPC, art. 329)	435

22.2.2.	Desenvolvimento válido e regular do processo	436
22.2.3.	Ausência de requisitos de formação e desenvolvimento do processo	437
22.3.	Suspensão do processo.....	438
22.3.1.	Hipóteses de suspensão do processo (parte geral do NCPC).....	439
22.3.2.	Hipóteses de suspensão do processo (parte especial do NCPC: processo de execução).....	450
22.4.	Extinção do processo	453
22.4.1.	Hipóteses de extinção do processo (parte geral do NCPC).....	455
22.4.2.	Hipóteses de extinção do processo (parte especial – processo de conhecimento)	455
22.4.2.1.	Decisão sem resolução do mérito (NCPC, art. 485).....	455
22.4.2.2.	Decisão com resolução do mérito (NCPC, art. 487)	465
22.4.3.	Extinção do processo (parte especial – processo de execução).....	469
BIBLIOGRAFIA		473